

Nos primeiros seis meses de 2018

AT arrecada mais de 105 mil milhões de meticais



Autoridade Tributária de Moçambique (AT) arrecadou, no primeiro semestre do ano em curso, mais de 105 Mil milhões de Meticais para os cofres do Estado, o que corresponde a uma realização de 100,74% ao período em referência e 47,52% em relação ao valor mínimo de receita prevista para 2018. Esta informação foi avançada por Fernando Tinga, numa conferência de imprensa organizada recentemente em Maputo.

A conferência que decorreu no edíficio sede da instituição tinha como objectivo apresentar o ponto de situação da arrecadação da receita fiscal e aduaneira para o período em referência, bem como anunciar as actividades que a AT tem levado a cabo com vista ao incremento da receita.

Na ocasião, Fernando Tinga afirmou que o valor arrecadado pela instituição, no período de1 de

Janeiro a 30 de Junho de 2018, comparada com o arrecadado no exercício económico de 2017, cresceu nominalmente em 18,16% e abre boas perspectivas para o cumprimento da meta global do ano.

"De um modo geral, registamos um desempenho positivo a assinalar um aumento de eficiência nas operações de controlo, fiscalização e cobrança de

receitas em diversas rúbricas de impostos"- referiu.

De referir que, para o exercício fiscal de 2018, a Lei nº 22/2017 de 28 de Dezembro, fixou 222.859.683,85 mil meticais (Duzentos e vinte e dois mil milhões, oitocentos e cinquenta e nove milhões, seicentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta Meticais), como valor mínimo da receita a ser colectada pela AT.REDACÇÃO



Em visita a Província de Gaza

Nakhare enaltece o nível de arrecadação de receitas

Por: Belton Impula



Presidente da Autoridade Tributária (AT), Amélia Nakhare, felicitou aos funcionários da institução, afectos a delegação da AT, na província de Gaza, pelos níveis de arrecadação de receita que se tem registado naquela parcela do país.

Na ocasião, Nakare mostrou-se visivelmente satisfeita pelos dados apresentados no encontro que manteve com aqueles funcionários.

Segundo a dirigente, os dados mostram que a

província está num bom caminho com vista ao alcance dos objectivos institucionais.

A dirigente máxima da AT fez esses pronuncimaentos a quando da visita que efectou na Província de Gaza, no dia 8 do mês corrente, a margem do trabalho de monitoria das actividades realizadas pelas Delegações Províncias, que tem vindo a realizar a nível de todo o país.

No encontro em apreço, a Presidente da AT,

para além de abordar questões relativas à colecta de receita para os confres do estado, fez alusão à necessidade de se investir muito no combate a corrupção no seio da institução, visto que a problemática tem sido um grande mal que atenta continuamente contra o bom funcionamento das instituições públicas.

Num outro desenvolvimento, a dirigente exortou aos funcionários para que se afastem de quaisquer comportamentos contrários aos objectivos da instituição.

Como forma de deixar a par aos funcionários sobre algumas acções em curso na AT, foi realizado um ciclo de palestras sobre:

- Ponto de situação dos Recursos Humanos;
- Estratégias de Arrecadação de Receita param o ano 2018;
- 0 Contrabando;
- E-Tributação e SICR;
- Integridade Institucional.

Antes de deixar a Província de Gaza, a presidente manteve encontros de cortesia com S. Excia a Governadora de Gaza, Stela da Graça Pinto Novo Zeca e com a Directora Provincial da Economia e Finanças de Gaza, Romana Baulane.

De referir que faziam parte da visita à Província de Gaza, o Director Geral dos Serviços Comuns, Venâncio Francisco; o Director Geral Adjunto dos Impostos, Domingos Muconto, o Director Regional Sul - Amílcar Mulungo; a Directora do



Gabinete de Comunicação e Imagem, Natércia Mahnenje; Director da Auditoria Investigação e Inteligências - Elias Comar; Director da Tecnologia Informação e Comunicação, Dávario Muthuque; o Chefe de Divisão de Prevenção de Infracções Tributárias, Lemos Formiga. ✓





Na sequência da criação de uma rubrica intitulada "O Meu Sector", um espaço no qual a Folha da AT pretende trazer o pulsar do dia-a-dia das diferentes unidades orgânicas da instituição, com maior enfoque para os sectores operativos, a reportagem da Folha da AT, escalou os Serviços Provinciais das Alfândegas de Maputo Cidade, concretamente ao Terminal Internacional Maritimo (TIMAR), onde junto dos gestores da proa, daquele que é o maior e mais importante terminal marítimo do país, irá fazer a radiografia das actividades operativas ali desenvolvidas.



omo é do domínio público, em qualquer canto do Mundo os terminais, quer eles marítimos, quer terrestres ou aérias são por natureza, locais de grande convergência de pessoas e bens, sendo que a sua gestão exige um redobrar de esforços e uma coordenação permanente entre as entidades que neles operam, por um lado. Por outro, estes locais são "propenços" para a ocorrência de vários eventos, desde os de índolo criminal, fuga ao físco e outros ilícitos.

Nao é de se estranhar que, num passado recente, tenham circulado em alguma imprensa

informações dando conta que Moçambique tem sido corredor de tráfico de produtos internacionalmente proíbidos. As informações em alusão apontam os produtos dos constantes da lista CITE e outro tipo de drogas pesadas, provenientes de diversos cantos do mundo.

Associa-se, também, aos produtos acima descritos, o tráfico indiscriminado de diversas espécies de madeira, para o continente asiático, tendo como pontos de partida os portos de alguns países de economias emergentes. São apontadas como causas que propiciam essa alegada facilidade, a fragilidade de controlo nos pontos de entrada e

saída de pessoas e bens.

Como que, a fazer jus ao apelo internacional, Moçambique tem reforçado o nível de segurança nas diversas fronteiras que o país possue. Consciente do papel da Autoridade Tributária na mitigação destes males, a Folha da AT, através da rubrica "O Meu Sector", foi colher junto dos gestores e traz aqui, aquilo que é o trabalho do dia-a-dia das Alfândegas naquele Terminal Internacional Marítimo de Maputo (TIMAR).

Em jeito abertura, a gestão do TIMAR (representado na conversa por funcionários

seniores, começou por dar uma explicação geral da estrutura do terminal, e do funcionamento do mesmo, afirmando que a instância é constituida por 3 sectores: (verificação, auto e examinação). Segundo eles, o TIMAR funciona actualmente com um efectivo médio de 107 funcionários, sendo 90 do sexo masculino e 17 do sexo femenino, distribuidos em duas áreas operacionais, designadamente o TIMAR-Carqa e TIMAR-Auto.

No que tange ao papel que norteia a presença das Alfândegas naquele terminal, os nossos interlocutores foram parco em palavra, justificando que, apesar de ser a colecta de receita, o core business das autoridades aduaneiras naquele ponto, estás também, tem como missão a fiscalização permanente da entrada e saída de todo tipo de mercadoria do território nacional, evitando deste modo a importação/ exportação de produtos nocivos à saúde pública, bem como de objectos que representam perigo a segurança pública.

Prosseguindo, explicaram que, se por um lado o TIMAR consegue reduzir o tempo de desembaraço aduaneiro com recurso a uma plataforma electrónica, a JUE, por outro, flexibiliza o controlo e minimiza os riscos inerentes à intervenção humana, por via do SCANER. Para sustentar a posição, no que concerne ao sucesso deste sistema, recorreram a apreensão havida no primeiro semestre do ano em curso, de aproximadamente 3 tonelada de pontas de marfim, que tinha como destino o Reino de cambodja "Este tipo de apreensão demonstra claramente, que a segurança instalada nesta estância é aceitável uma vez que dispomos de condições minímas que nos permitem visualizar com detalhe todos os produtos aqui desembaraçados, não obstante existam muitos desfios pela frente," avançaram Questionada se toda mercadoria desembaraçada naquela terminal, é sujeita a inspenção não intrusiva, vulgo SCANER, a Gestão do TIMAR



respondeu positivamente e de uma forma didática explicou ao pormenor todo processo de desembaraço no sistema. Referiu que no esboço do sistema da JUE existem 4 canais (verde, vermelho, azul, e laranja), que foram concebidos para determinar o nível de risco de cada mercadoria.

É com recurso a esses canais que se verifica, se uma mercadoria passa ou não do Scaner. "Apesar desta predifinição da JUE, por inerência das nossas actividades, a mercadoria nem que esteja no sinal verde (que lhe confere uma saída directa a porta), o verificador é obrigado a acionar a linha vermelha para que esta mercadoria passe pelo SCANER"- explicou.

Porém, o procedimento acima não se aplica a mercadoria do regime do operador económico autorizado, uma vez que todas as declarações deste operador não passa de nehum estágio, sendo, no entanto, sujeita, periodicamente, às auditorias pós-desembaraço.

Na mesma ocasião, deu a conhecer os contornos do processo de desemabraço, explicando que, este começa com a apresentação da carta do porte (BL) da mercadoria por parte do signatário, que confirma a posse da mesma. Feito isso, internamente recebe a contramarca, que possibilita o Despachante a submissão da declaração electrónica, acto que, para as autoridades aduaneiras, representa o interesse do signitário em desembaraçar a mercadoria.

Após a submissão, cabe ao sector de verificação fazer a análise documental, a partir da carta de porte (BL), confrontadndo-a com os demais documentos de suporte, casos da factura comercial e da licença das entidades competentes em função da natureza da mercadoria (Licença fitossanitária na importação de produtos de origem vegetal e animal, BIEF na importação de medicamentos, Certificado de fumigação na importação de roupa usada, etc). Esta acção é conjugada com os instrumentos em vigor no país para este tipo de processo, de modo a conferir a conformidade do mesmo.

É neste processo que o verificador descortina a natureza da mercadoria a ser desembaraçada. Não havendo dúvidas, é aceite a declaração e se haver alguma inquietação, solicita-se o despachante ou manda-se para a verificação física e, após o pagamento, pois a declaração só está disponivel às alfândegas depois do pagamento dos direitos e demais imposiçoes aduaneiras. Depois deste processo, é encaminhado para a porta, onde se autoriza a saída da mercadoria, dando-se assim, por finalizado o processo.

Num outro desenvolvimento, a nossa fonte explicou que, há casos de produtos que são detectados pelo Scaner e considerados duvidosos, e nestas situações, em termos de procedimentos devem ser submetidos ao laboratório para se apurar, que tipo de mercadoria se trata. Porém, uma vez a instituição não possuir laboratórios para o efeito, dependendo da natureza do produto, recorre-se aos laboratórios das instituições do Estado, que possuem este tipo de serviços, como o caso do SERNIC e da Agricultura.





Um olhar Fiscal pelas províncias

Niassa

Delegação Provincial AT-Niassa da manha desta quintarecebeu na feira uma visita da AT Central. Nesse contexto estão agendadas visitas aos SPAN, DAT-sede e DAFL a partir das 14h de hoje dia 16 e uma reunião/palestra com todos funcionários afectos em Lichinga e outro.

Director Geral dos Serviços Comuns-Venâncio Francisco, DRN Adjunto- Osvaldo Silva e Directora do Gabinete de Comunicação e Imagem-Natercia Mahanjane em visita a Delegação provincial da AT-Niassa

Inhambane

O Exmo Delegado da provincia de Inhambane iniciou na Terça Feira dia 14/08/18 com o programa de visita aos agentes económicos, tendo visitado 2 estabelecimentos na Cidade de Inhambane um de comércio a retalho e outro do ramo hoteleiro, onde abordou a

importância e obrigatoriedade de facturação em todas transacções.

No dia 15 escalou as estâncias turísticas nas praias de Tofo, Tofinho e Barra com objectivo de medir o pulsar da actividade e identificar os polos de arrecadação da receita naquele área podendo, definir estratégias para maximizar o nivel de arrecadação de receita do sector do turismo.

Prosseguindo, no dia 16/08 o Delegado teve um encontro de Cortesia na Maxixe com o CEP -Conselho Empresarial Provincial, tendo sido recebido pelo respectivo presidente e sua equipa. No encontro foram abordadas questões que permitem o bom ambiente entre as duas instituições. Na sua visita o Exmo Delegado fez-se acompanhar pela DAOI- Florinda Uache, o DAI- Inocencio Mota, o Director da DAF de l'bane- Alberto Chambule, um técnico da DAF -Nelson Liçai e o responsável da Comunicação e Imagem - Bruno Laranjeira. Na Maxixe integrou a equipa a Chefe do Posto Fiscal -Albertina Muzima.

Maputo Cidade

AT Destinguida Pela Actionaid

A Autoridade Tributária de Moçambique, foi na manhã de hoje, 14 de Agosto, distinguida pela Actionaid, pela colaboração para a materialização dos programas desta associação, com ênfase para a justiça social.

De recordar que a Actionaid é uma organização da sociedade cívil que actua na promoção dos direitos humanos e melhoria das condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza, exclusão e vulnerabilidade, especialmente mulheres raparigas e jovens.

Importa referir que a AT tem trabalhado com Actionaid no âmbito da Campanha de Educação Fiscal Aduaneira e Popularização do Imposto onde para além de campanhas conjuntas junto das comunidades, estas duas organizações trabalham juntas no prêmio jornalístico sobre tributação de forma a estimular um jornalismo de qualidade de forma a informar melhor as comunidades sobre questões fiscais.





Aproximando realidades, simplificando procedimentos

Vantagens

- ✓ Facturação electrónica isenta de custos de produção de facturas;
- ✓ Redução do custo de armazenamento de facturas e papel;
- Simplificação de obrigações acessórias e procedimentos fiscais de operação de compra e venda;
- Melhoria do ambiente de negócios pela diminuição da concorrência desleal, baseada na sonegação de impostos;
- ✓ Redução de erros de escrituração decorrentes da digitação;
- Aumento da confiança da informação apresentada na factura fiscal.

